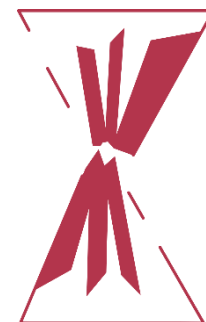


***The 1619 Project* e a memória nacional estadunidense em disputa**

The 1619 Project and the American national memory in dispute



CARVALHO, Lohana Jéssica de*

 <https://orcid.org/0000-0003-0932-0927>

RESUMO: Este artigo analisa o conflito entre o imaginário nacional estadunidense e o *The 1619 Project* (2019), proposto pelo *The New York Times Magazine* (NY, 1851 - atual), a partir dos conceitos de memória herdada e memória enquadrada (Pollak, 1989, 1992). A discussão considera as disputas sociopolíticas entre grupos com diferentes perspectivas, com base na definição de branquitude (Bento, 2022), entendida como expressão narcísica de autopreservação do homem universal. A análise do contexto político, social e econômico se ancora na noção de racismo estrutural (Almeida, 2019), visando compreender o cenário dessas tensões. Para aprofundar o debate sobre o medo branco e o lugar do negro nos EUA, são mobilizadas reflexões de James Baldwin (1967) sobre o ser Negro Americano e a reação violenta da branquitude. Por fim, será examinado o movimento *Black Lives Matter* em contraposição ao *All Lives Matter*.

PALAVRAS-CHAVE: *The 1619 Project*; Racismo estrutural; Branquitude; Disputas de memória; Construção nacional.

ABSTRACT: This article analyzes the conflict between the U.S. national imaginary and *The 1619 Project* (2019), proposed by *The New York Times Magazine* (NY, 1851 - present), using the concepts of inherited memory and framed memory (Pollak, 1989, 1992). The discussion considers sociopolitical disputes among groups with different perspectives, drawing on the concept of whiteness (Bento, 2022), understood as a narcissistic expression of self-preservation of the universal man. The analysis of the political, social, and economic context is based on the notion of structural racism (Almeida, 2019), aiming to understand the background of these tensions. To deepen the debate on white fear and the position of Black Americans, the work draws on James Baldwin's (1967) reflections on the Black American and the violent reactions of whiteness. Finally, the article examines the Black Lives Matter movement in contrast to All Lives Matter.

KEYWORDS: The 1619 Project; Structural racism; Whiteness; Memory disputes; Nation-building.

* Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu – RJ. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - PPHR), Seropédica – RJ. Bolsista CAPES. E-mail: lohanajessica2014@gmail.com.



The 1619 Project: o que é e quais são seus objetivos

Em agosto de 2019, quando se completava 400 anos do início da escravidão norte-americana, surgiu uma profunda discussão em torno de uma iniciativa criada pelo *The New York Times Magazine* (NY, 1851 - atual) em parceria com a jornalista Nikole Hannah-Jones. Ao longo de cem páginas, com dez ensaios redigidos por diversas personalidades¹, abordando variadas temáticas acerca da escravidão norte-americana e a construção sociocultural, política e econômica do negro na sociedade, *The 1619 Project: A New Origin Story* (2019) foi publicado². Causando grandes revoltas e controvérsias no ano em que foi lançado, nas mais diferentes perspectivas políticas nos Estados Unidos, o projeto se tornou pauta para discutir raça e racismo no território estadunidense. O editor-chefe da *The New York Times Magazine*, Jake Silverstein, em matéria publicada em dezembro de 2019, alguns meses após a publicação do projeto, apresentou os motivos para a produção do conteúdo:

O objetivo do *The 1619 Project* é reformular a história americana considerando o que significaria considerar 1619 como o ano de nascimento da nossa nação. Fazer isso requer que coloquemos as consequências da escravidão e as contribuições dos negros americanos no centro da história que contamos a nós mesmos sobre quem somos como país (Silverstein, 2019, tradução própria).³

O projeto tem como pretensão transferir o imaginário e a memória da construção da nação americana para 1619, ano em que o primeiro navio com escravizados africanos chegou ao território, no estado de Virginia. O objetivo é identificar e apresentar outra interpretação do nascimento da pátria estadunidense, trazendo a população negra para o centro do imaginário histórico e evidenciando que a construção e o desenvolvimento da nação foram dependentes da escravidão, tornando-a indispensável para a fundação dos Estados Unidos.

¹ Como Dorothy Roberts, Martha S. Jones, Bryan Stevenson, Matthew Desmond, Tiya Miles, dentre outros.

² The 1619 Project. *The New York Times Magazine*, 2019.

³ [No original] The goal of The 1619 Project is to reframe American history by considering what it would mean to regard 1619 as our nation's birth year. Doing so requires us to place the consequences of slavery and the contributions of black Americans at the very center of the story we tell ourselves about who we are as a country. (Silverstein, 2019).

A premissa do *1619 Project* é simples, mas poderosa: não há (quase) nada na experiência estadunidense que não tenha sido tocado pela escravidão. Para os idealizadores da publicação, o ano de 1619 adquire um enorme poder simbólico exatamente por isso, pois foi supostamente nessa data que os primeiros escravizados desembarcaram nas praias da Virgínia. Sob esse aspecto, a data da “real” fundação da América seria 1619 e não 1776; sua característica principal seria a servidão humana, não a liberdade (Ávila, 2021).

Sendo um projeto ousado, principalmente por provocar a construção da identidade nacional dos Estados Unidos, a proposta, além de apoiadores, recebeu muitas críticas. De falhas historiográficas até a comparação com nazifascismo⁴, o *The New York Times Magazine* e a jornalista Hannah-Jones enfrentaram diversos ataques provenientes da direita e esquerda estadunidense,⁵ que aqui serão apresentados e discutidos. A escolha dos grupos políticos para a análise se dá pelo fato de que ambos, por mais que estejam em espectros opostos, articulam-se, cada um de sua forma e de acordo com a sua ideologia, a favor da branquitude. Este ponto é crucial para o estudo de caso, apresentando que, independente do viés, o conceito de branco universal está sendo protegido.

O propósito principal deste trabalho não é analisar o conteúdo e, necessariamente, a proposta do *The 1619 Project*, mas sim a sua repercussão, representação e reivindicação através da análise apresentada nas páginas seguintes. Para além, é trazido para a discussão, para elucidar as problemáticas presentes e debater os aspectos propostos na análise, os protestos *Black Lives Matter* (BLM) em contraste com o *All Lives Matter*, que comandaram o debate público no ano de 2020.

Uma análise através de Michael Pollak, Cida Bento, Silvio Almeida e James Baldwin

Nesta análise, será empregado o conceito de memória herdada e a construção de memórias enquadradas, suas funções nacionais e sociais em Michael Pollak (1989, 1992), correlacionando com o conceito de branquitude, de Cida Bento (2022), e o aspecto narcísico de autopreservação presente em pessoas brancas, em conjunto com os apontamentos de

⁴ Niemuth, Niles; Mackaman, Tom; North, David, *A racist falsification of American and world history*, [s.l.]: A WORLD SOCIALIST WEB SITE PAMPHLET, 2019. p. 09. Além de claramente distorcer o que é debatido pela jornalista Hannah-Jones – no caso, quando ela afirma que o racismo está no “DNA” da sociedade estadunidense, numa clara tentativa de elucidar o racismo estrutural presente no corpo social –, também comparam a atitude da escritora com uma atitude nazista.

⁵ Vale pontuar brevemente que, neste artigo, o que será definido como direita será, principalmente, o comício do ex-presidente Donald Trump; e como esquerda o *The Socialist Equality Party*, grupo trotskista. O propósito de apresentar os posicionamentos dos dois grupos – estes em posições ideológico-partidárias diferentes – em relação ao *The 1619 Project* é argumentar como a branquitude e a autopreservação das pessoas brancas está enraizada em ambos os espectros.

James Baldwin sobre a sociedade estadunidense e o Negro Americano (1967). No exame da estrutura sócio-política do fenômeno e discussões atuais, será utilizado o conceito de racismo estrutural, trazido por Silvio Almeida (2019).

Também será utilizada a obra “Armadilha da Identidade” (2019), de Asad Haider, autor estadunidense filho de paquistaneses. No livro, o historiador afirma que a política de identidade, quando desvinculada de uma perspectiva de luta coletiva e de classe, pode se tornar um obstáculo à transformação social. A ênfase excessiva nas identidades individuais ou nas grupais, segundo o autor, pode fragmentar os movimentos sociais e desviar o foco das estruturas de opressão econômica e política. Ainda que o livro não fale diretamente sobre o *The 1619 Project*, ele reflete o pensamento de uma esquerda estadunidense que nega a necessidade das identidades de grupos específicos.

Os conflitos gerados pela proposta do *The New York Times Magazine* serão analisados, essencialmente, como disputas de memórias estabelecidas nacionalmente, dando forma a toda uma nação. Essas memórias são a base de construção da compreensão do que é ser um estadunidense, e, tal qual exemplifica Michael Pollak, elas servem para preservar a harmonia e a unidade social:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollak, 1989, p. 09).

Desta forma, contradizer ou confrontar uma característica que está intimamente ligada à fundação dessa nação, além de causar disputa entre as comunidades ameaçadas ou beneficiadas por essa estrutura, gera apreensão nos mais diversos grupos sociais, sejam eles afetados ou não por essa construção nacional, dominantes ou dominados. Tentar combater um atributo próprio da construção nacional, que faz parte do seu alicerce, significa desmanchar essa nação. Ainda em Pollak, essas memórias nacionais são objetos de disputas constantes. Estabelecidas politicamente, elas passam por um enquadramento, uma forma específica de serem moldadas:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A

memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollak, 1992, p. 204).

No caso dos Estados Unidos, essa construção nacional é racista, e é justamente isso que o *The 1619 Project* denuncia e busca expor. A partir do conceito de racismo estrutural proposto por Silvio Almeida (2019), o qual considera que o racismo está no cerne das nossas instituições devido à construção ao longo de séculos de história, e que “[...] como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Almeida, 2019, p. 34), é possível afirmar que, é possível afirmar que não apenas há a construção de uma memória base que unifica e desenvolve uma nação (no caso observado, os Estados Unidos), como o alicerce dessa fundação é o próprio racismo. A luta contra o racismo, então, não seria apenas contra indivíduos racistas, mas sim contra toda uma superestrutura que fundamenta essa sociedade e a torna, inevitavelmente, racista:

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2019, p. 36).

Ao mexer com a estrutura da sociedade estadunidense, ergue-se a autopreservação do homem branco, proposta por Cida Bento (2022). Aqui, o homem universal, este definido por Bento como o homem branco que, ao se determinar como padrão, não apenas exclui outras formas de existência, como também cria uma narrativa hegemônica, que cala e marginaliza outras (Bento, 2022; Almeida, 2019), sente-se ameaçado e, em uma tentativa de proteger o seu espaço de privilégio e manter a sua posição, ele reage:

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 18).

Essa reação não ocorre apenas em níveis institucionais, mas também, necessariamente, narrativos. James Baldwin, em “Da próxima vez, o fogo – racismo nos EUA” (1967), já apontava que

“[...] o poderio do mundo branco vê-se ameaçado de cada vez que um homem de cor se recusa a aceitar os postulados do mundo dos brancos. Eis por que se recorre — ontem como hoje — à todas as tentativas para suprimir esse homem de cor” (Baldwin, 1967, p. 79). A recusa ao lugar subalternizado imposto historicamente às pessoas negras é percebida pela branquitude como um ataque à ordem social estabelecida, que passa a se mobilizar para neutralizá-la, seja por meio da violência explícita, da deslegitimação discursiva ou do apagamento histórico.

Esse medo branco estrutura-se como um medo da perda da hegemonia e do privilégio. Ao afirmar que se recorre “ontem como hoje” a “todas as tentativas para suprimir esse homem de cor”, Baldwin expõe a permanência de estratégias de silenciamento e contenção contra as resistências negras. Isso se manifesta, no contexto deste artigo, nas reações ao *The 1619 Project*, as quais setores da extrema-direita veem a reinterpretação da história nacional como uma ameaça à narrativa fundadora da branquitude e que, por outro lado, a esquerda radical estadunidense enxerga como uma divisão da classe trabalhadora – o que acaba, por fim, corroborando com os ideários da branquitude. Assim, o medo branco se atualiza e se revela nas disputas por memória, identidade e poder. Não se trata apenas de defender a história oficial, mas de garantir a continuidade de um regime de verdades que sustenta a centralidade do homem branco como sujeito universal.

Desta forma, em uma sociedade estruturalmente racista, com uma memória nacional habilmente planejada, constituída e enquadrada por uma branquitude dominante estabelecida por meio da ideia de homem universal, uma proposta que atribua aos negros e, principalmente, aos escravizados (e não aos escravistas), a competência e o protagonismo de ter desenvolvido uma das nações mais importantes na história contemporânea, certamente causará (e causou) grandes discussões e um palco de disputas de narrativa e memória.

Controvérsias e revoltas

A democracia estadunidense, como é analisada por Hannah-Jones,⁶ foi fundada por supremacistas brancos, havendo a necessidade de muito empenho e enfrentamento de pessoas negras para que conseguissem direitos como cidadãos. Os Estados Unidos da América iriam contra o ideal constitucional fundamental de que “todos os homens são

⁶ “Os Estados Unidos são uma nação fundada tanto em um ideal quanto em uma mentira. Nossa Declaração de Independência, aprovada em 4 de julho de 1776, proclama que 'todos os homens são criados iguais' e 'dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis'. Mas os homens brancos que redigiram essas palavras não acreditavam que elas fossem verdadeiras para as centenas de milhares de negros que estavam ao seu redor.” JONES, Nikole Hannah-. Our democracy’s founding ideals were false when they were written. Black Americans have fought to make them true. *The New York Times Magazine*, 2019. (tradução própria).

criados iguais” – assim como os icônicos casos *Dred Scott v. Sandford* e *Plessy v. Ferguson*⁷ nos apresentam, além das emblemáticas Leis de Jim Crow. Assim como a construção da nação estadunidense, os direitos não foram pensados para negros, ao contrário, foram pensados contra essas pessoas.

Na perspectiva de três homens brancos, escritores do *World Socialist Web Site*, um sítio eletrônico trotskista,⁸ *The 1619 Project* dispõe de diversas inverdades e é desenvolvido com o intuito de credibilizar o partido democrata, enquanto acaba com uma possível união entre trabalhadores negros e brancos. É importante mencionar que a escolha do grupo se faz justamente por serem do espectro político da esquerda radical, evidenciando que a defesa da branquitude não se faz apenas pela direita estadunidense. Ademais, para a construção da análise aqui elaborada, é necessário entender a cor como fator fundamental: o fato de os três escritores serem brancos e trotskistas é de suma importância para compreender a proposta do presente artigo.

O trabalho de Niemuth, Mackman e North (2019), além de faltar criticidade e expor uma incompreensão do projeto, tem a função de desarticular a esquerda em favor de causas raciais, propondo que, para a união dos trabalhadores, é necessário excluir a causa racial, sendo esta posta como uma divisora de classes:

A principal tarefa da situação política atual é estabelecer a unidade desta poderosa classe trabalhadora internacional, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, orientação sexual ou qualquer outra linha divisória, em uma luta global comum contra o sistema capitalista. Isso requer uma luta contra todas as formas de falsificação histórica, incluindo esforços para retratar a escravidão americana como tendo conferido aos trabalhadores brancos um “privilegio” do qual eles ainda se beneficiam. Em última análise, este argumento é outro capítulo na longa história da classe dominante americana de empregar a raça para dividir e conquistar (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 34, tradução própria).⁹

⁷ No caso de *Dred Scott*, julgado em 1857, foi definido que pessoas de ascendência africana não eram cidadãos estadunidenses e que não poderiam se tornar cidadãos. Já no caso de *Homer Plessy*, foi legalizada a segregação racial, com a máxima “separados, mas iguais”. Judgment in the U.S. Supreme Court Case *Dred Scott v. John F. A. Sandford*; 3/6/1857; *Dred Scott*, Plaintiff in Error, v. John F. A. Sandford; Appellate Jurisdiction Case Files, 1792 - 2010; Records of the Supreme Court of the United States, Record Group 267; *National Archives Building*, Washington, DC.; Records of the Supreme Court of the United States; Record Group 267; *Plessy v. Ferguson*, 163, #15248, *National Archives*.

⁸ Tal qual está na descrição do site: “O WSWs é o jornal online do movimento trotskista mundial, o Comitê Internacional da Quarta Internacional, e suas seções afiliadas nos Partidos de Igualdade Socialista ao redor do mundo. Foi lançado em fevereiro de 1998 e tem publicado continuamente nos últimos 25 anos” About the World Socialist Web Site (2013). Disponível em: <<https://www.wsws.org/en/special/pages/icfi/wsws.html>> (tradução própria), acesso em: 24 de jul. de 2024.

⁹ [No original] The chief task of the present political situation is to establish the unity of this powerful international working class, regardless of race, nationality, gender, sexual orientation, or any other dividing

Desta forma, segundo as ideias dos autores, seria necessário que não se considere a nacionalidade, o gênero, a sexualidade ou “qualquer outra linha divisória”. Ignorar fatores sócio-históricos, as lutas e as especificidades de cada grupo faz parte da construção de uma classe trabalhadora unificada: “*The Socialist Equality Party* não apoia reparações. Luta pela unidade da classe trabalhadora na luta pela igualdade genuína” (2019, p. 36, tradução própria).¹⁰ Tal qual os trotskistas, o comício do ex-presidente Donald Trump (Arnn; Swain; Spalding, 2021) defende que os indivíduos são divididos pelas políticas identitárias, e que projetos como o *The 1619 Project*, servem para desunir e afastar a população:

Todos os americanos, e especialmente todos os educadores, devem entender a política de identidade pelo que ela é: rejeição do princípio de igualdade proclamado na Declaração de Independência. Como nação, devemos nos opor a tais esforços para nos dividir e reafirmar nossa fé comum no direito fundamental de igualdade de cada indivíduo à vida, à liberdade e à busca da felicidade (Arnn; Swain; Spalding, 2021, p. 33, tradução própria).¹¹

Diferentemente dos trotskistas, estes partilhando a compreensão de que a divisão da classe trabalhadora é causada por políticas identitárias diversas, os republicanos idealizadores do *The 1776 Report*¹² acusam o projeto de ser incompatível com o princípio de igualdade norte-americano: “A política de identidade divide os americanos ao colocá-los perpetuamente em conflito uns com os outros. Essa ideologia extrema ataca e enfraquece o princípio americano de igualdade de diversas maneiras importantes” (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 31, tradução própria),¹³ item contraposto anteriormente por Hannah-Jones.

line, in a common global fight against the capitalist system. This requires a fight against all forms of historical falsification, including efforts to portray American slavery as having conferred on white workers a “privilege” from which they still benefit. Ultimately this argument is another chapter in the American ruling class’s long history of employing race to divide and conquer (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 34).

¹⁰ [No original] “The Socialist Equality Party does not support reparations. It fights for the unity of the working class in the struggle for genuine equality.” (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 36).

¹¹ [No original] All Americans, and especially all educators, should understand identity politics for what it is: rejection of the principle of equality proclaimed in the Declaration of Independence. As a nation, we should oppose such efforts to divide us and reaffirm our common faith in the fundamental equal right of every individual to life, liberty, and the pursuit of happiness (Arnn; Swain; Spalding, 2021, p. 33).

¹² O *The 1776 Report* foi um documento publicado em janeiro de 2021, pela Comissão Consultiva Presidencial de 1776, durante o governo Donald Trump, com o objetivo de promover uma educação patriótica nos Estados Unidos. O relatório apresenta uma narrativa idealizada da história americana, exaltando os princípios fundadores da nação e criticando abordagens que destacam injustiças raciais, como o *The 1619 Project*.

¹³ [No original] “Identity politics divide Americans by placing them perpetually in conflict with each other. This extreme ideology assaults and undermines the American principle of equality in several key ways” (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 31).

Não somente estes trabalhos, mas também no livro “Armadilha da Identidade” do historiador Asad Haider, a política identitária é prejudicial: “Nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição” (Haider, 2019, p. 36). Em ambos os trabalhos, há um consenso: políticas identitárias afastam os indivíduos de uma possível reconciliação racial.

Tanto os trotskistas como os republicanos clamam por uma suposta verdade histórica (ignorando todas as discussões dentro da disciplina acerca da verdade e da história como ciência),¹⁴ sendo esta pautada em indivíduos brancos que construíram uma nação e que lutaram para libertar os escravizados. Na análise trotskista, os brancos pobres trabalhadores teriam sofrido tanto ou mais do que os negros escravizados. Essa ideia é moldada e fundamentada por eles no livro “Masterless Men: Poor Whites and Slavery in the Antebellum South” (2017), de Keri Leigh Merritt, doutora em história pela Universidade da Georgia. Assim, a escravidão não seria algo utilizado por brancos pobres, sendo estes isentos de participação no sistema escravista e, por consequência, dos privilégios da branquitude, e tais benefícios sociais seriam somente para aqueles dispostos de riquezas:

O trabalho de Merritt refuta as afirmações do Times de que a escravidão era uma instituição popular entre todos os sulistas brancos e que todos os brancos obtiveram privilégios especiais sob a escravidão. Esses argumentos, baseados em distorções, mentiras e simplesmente deixando de lado evidências contraditórias, equivalem a uma repetição do mito segregacionista do Sul (Niemuth; Mackman; North, 2019, p. 29-30, tradução própria).¹⁵

O ataque direto vindo, em teoria, de um espectro político mais próximo ao dos criadores do *The 1619 Project*, apresenta-nos os aspectos narcísicos e da autopreservação da branquitude propostos por Cida Bento. A argumentação sobre os privilégios brancos é definida como mentira, em contrapartida, com uma verdade histórica do branco, pobre e trabalhador, que em nada se beneficiou da escravidão africana na América do Norte. Essa

¹⁴ Em nenhum dos dois contrapontos ao *The 1619 Project* é considerado as discussões historiográficas acerca da verdade histórica e história como ciência. Mesmo sendo textos consideravelmente recentes, e tentem construir uma facticidade sobre a construção da nação estadunidense, não abordam questões sobre pós-modernismo e narrativa. Diferentemente, o projeto do The Times com a Hannah-Jones tenta elaborar uma nova perspectiva para se observar a história dos Estados Unidos, não uma verdade absoluta e unificada.

¹⁵ [No original] Merritt’s work disproves the assertions by the Times that slavery was a popular institution among all white southerners and that all whites obtained special privileges under slavery. These arguments, based on distortions, lies, and simply leaving aside contradictory evidence, amount to a rehashing of the segregationist myth of the solid South (Niemuth, Mackman and North, 2019, p. 29-30).

tentativa de revisionismo surge por meio da necessidade intrínseca de preservar o homem branco; ainda que com alguns ideais próximos à proposta do *The New York Times Magazine*, pois proteger a branquitude é essencial. Não haveria brancos se beneficiando de uma posição hierárquica subentendida e constituída sociopolítica e economicamente, apenas trabalhadores universais que disputam unidos por um mesmo objetivo: o fim das classes. Uma perspectiva utópica que exime todas as disputas que envolvem os mais diversos grupos sociais, sejam eles relacionados à classe, gênero, sexualidade, raça etc.

James Baldwin, em “Da próxima vez, o fogo”, expressa claramente como o Negro Americano está em uma posição completamente diferente e subalterna a qualquer branco, seja trabalhador ou não: para ele, a “cor” transforma o indivíduo, tira a sua humanidade, transforma-o em animal:

É um fato incontestável que todo Negro Americano ostenta um nome que pertencia originalmente ao branco de quem era vassalo. Eu, por exemplo, chamo-me Baldwin porque fui vendido pela tribo africana de onde provinha, ou raptado da mesma, por um cristão de raça branca por nome Baldwin, que me fêz ajoelhar aos pés da cruz. Sou, portanto, ostensiva e legalmente um descendente de escravos num país branco e protestante, e isso é o que verdadeiramente significa ser um Negro Americano — um pagão raptado, vendido e tratado como um animal, definido certa vez pela Constituição Americana como sendo três-quintos de homem, e, segundo a decisão Dred Scott, destituído de quaisquer direitos que o homem branco seja obrigado a respeitar. E ainda presentemente, cem anos após essa emancipação técnica, êle continua sendo [...] a mais desprezada das criaturas de seu país (Baldwin, 1967, p. 92).

Seguindo a linha de James Baldwin, Hannah-Jones, na construção da sua perspectiva, corrobora com a ideia de que a sociedade estadunidense não se desenvolveu apenas do trabalho escravo de pessoas africanas, mas também por meio da exclusão da população negra dos ideais fundacionais da nação. A Suprema Corte¹⁶, ao longo da história, reforçou essa exclusão, e compreendeu a “raça negra” como algo fora da população branca, separada da nação em construção. Este processo, elaborado em 1857, no caso Dred Scott, seria a raiz do racismo endêmico, observado (e sendo denunciado) atualmente na sociedade estadunidense:

¹⁶ Esta mesma Suprema Corte que, mesmo após mais de um século, possui mais de 100 líderes estadunidenses descendentes de senhores de escravos: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/usa-slavery-lawmakers/>.

A democracia era para os cidadãos, e a “raça negra”, decidiu o tribunal, era “uma classe separada de pessoas”, que os fundadores “não consideravam como uma parte da população ou cidadãos do Governo” e não tinham “nenhum direito que um homem branco fosse obrigado a respeitar”. Essa crença, de que os negros não eram meramente escravizados, mas eram uma raça escrava, tornou-se a raiz do racismo endêmico que ainda não conseguimos expurgar desta nação até hoje. Se os negros nunca pudessem ser cidadãos, se fossem uma casta separada de todos os outros humanos, então eles não precisavam dos direitos concedidos pela Constituição (Jones, 2019, p. 34, tradução própria).¹⁷

A construção do *The 1619 Project* se pauta em trazer uma nova perspectiva para a história estadunidense, apresentando, por outro ângulo, a construção da nação. O projeto apresenta uma nova memória, denunciando o racismo estruturante da sociedade, retirando o protagonismo branco:

O *1619 Project*, em que se pese alguns de seus limites, *reorganiza* a narrativa mestra do país ao considerar que o terror racial, a violência social e a servidão humana não eram desvios de uma marcha inexorável à liberdade (meros equívocos corrigidos pelo tempo), mas seus *elementos estruturantes*. (Ávila, 2022, grifo do autor).

As contraposições dos trotskistas e republicanos ao projeto do *The Times* se mostraram incomodadas, de fato, com a colocação do branco como privilegiado e a posição de destaque das pessoas negras na história estadunidense. Há um motivo pelo qual ambos os trabalhos opostos ao *The 1619 Project* tenham como principal argumento acabar com o conceito de raça, tendo como justificativa a divisão da sociedade (seja a sociedade estadunidense na totalidade, seja a classe trabalhadora). Ambas as ideologias das oposições, ainda que em lados políticos supostamente díspares, defendem a branquitude e fazem parte da sua autopreservação.

A todo momento, tentou-se trazer a narrativa do branco libertador de escravos, seja ele trabalhador ou presidente. O foco do discurso ser pessoas negras escravizadas, em meio às guerras culturais e às de memória, vivenciadas nos Estados Unidos, gerou esse impacto e a súplica por uma história verdadeira. Inclusive, esta suposta história legítima, ainda que em ambos os casos seja voltada para uma ideia de homem universal, é apresentada e debatida

¹⁷ [No original] Democracy was for citizens, and the “Negro race,” the court ruled, was “a separate class of persons,” which the founders had “not regarded as a portion of the people or citizens of the Government” and had “no rights which a white man was bound to respect.” This belief, that black people were not merely enslaved but were a slave race, became the root of the endemic racism that we still cannot purge from this nation to this day. If black people could not ever be citizens, if they were a caste apart from all other humans, then they did not require the rights bestowed by the Constitution (Jones, 2019, p. 34).

de maneira diferente – apesar disso, a figura de Abraham Lincoln é primordial nos dois discursos.

Por outro lado, o objetivo do *The Times* não é o de construir uma história verdadeira ou oficial. Ao contrário, Hannah-Jones, no prefácio do livro *The 1619 Project* (2021), afirma que esta não é a única história de origem dos Estados Unidos, e sim a história para que possamos compreender as desigualdades raciais observadas na sociedade estadunidense atual. Segundo a autora, “O Projeto 1619 não é a única história de origem deste país — deve haver muitas — mas é uma que nos ajuda a entender fundamentalmente as persistentes desigualdades da nação, de maneira que a história de origem mais conhecida não consegue” (Jones, 2021, p. 48, tradução própria).¹⁸

Além da discussão que envolve diretamente a raça e utiliza a argumentação revisionista do branco, pobre e trabalhador, ou do branco libertador, como é comum em abordagens que buscam relativizar a centralidade da escravidão e do racismo estrutural, retornando ao livro do ativista Asad Haider, “Armadilha da Identidade” (2019), a crítica ao identitarismo da esquerda estadunidense é fundamental para desarticular grupos subalternos na sociedade norte-americana, e manter o privilégio branco. Embora compartilhe algumas características da política de identidade com o *World Socialist Web Site*, Haider adota uma postura mais ponderada, ainda que igualmente problemática.

Para o autor, a ênfase na identidade individual como base da ação política enfraquece substancialmente a possibilidade de construção de um projeto coletivo, ao deslocar o foco da luta contra as estruturas opressoras para o reconhecimento do indivíduo. Nesse sentido, ele argumenta, assim como o grupo trotskista, que ideologias de unidade racial podem funcionar como bloqueios à formulação de uma política de massas efetivamente antagônica ao status quo, contribuindo para a manutenção das normas que pretendem subverter:

O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar (Haider, 2019, p. 51).

¹⁸ [No original] “The 1619 Project is not the only origin story of this country—there must be many—but it is one that helps us fundamentally understand the nation's persistent inequalities in ways the more familiar origin story cannot” (Jones, 2021, p. 48).

Tais apontamentos revelam tensões entre identidade, política e transformação social, tensões essas que dizem respeito diretamente ao *The 1619 Project* e às mobilizações em torno do movimento *Black Lives Matter*. Entretanto, embora os argumentos de Haider apontem para impasses da política identitária, sua análise se mostra reducionista ao desconsiderar que, em sociedades marcadas por um racismo estrutural, a identidade racial não é apenas um dado simbólico, mas também uma experiência social concreta e estruturante das relações de poder. Ao deslegitimar as demandas específicas de grupos racializados em nome de uma universalidade abstrata, Asad Haider negligencia o papel da memória na constituição de subjetividades políticas. Essa postura contribui para a invisibilização da historicidade das lutas negras, que não se limitam à busca por reconhecimento, mas reivindicam transformações materiais profundas frente a uma ordem racializada. A identidade não é uma escolha estratégica, mas uma condição imposta historicamente.

O parecer do *The 1776 report*, por outro lado, diferentemente do texto elaborado pelos membros do *World Socialist Web Site* ou do historiador Asad Haider, tem como ponto fundamental a perspectiva política da extrema-direita estadunidense, assentada no partido republicano. É perceptível, em ambos os casos, a defesa da branquitude, mas, mais ainda, a tentativa de defender a memória nacional. Essa memória não é desenvolvida de forma orgânica, ao contrário, há um intenso trabalho político para que a constituição memorial seja estabelecida. Em “Memória e Identidade Social” (1992), Pollak dialoga sobre a organização da memória: “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 204), e este trabalho de organização é, no caso da construção de um imaginário social, necessariamente político.

A partir dessas perspectivas, é necessário compreender não só o que está sendo disputado, mas também de que forma e com qual finalidade. O conflito em busca da memória a respeito do surgimento da nação estadunidense, para além de um campo de disputas ideológicas, é também um cenário para se refletir o que é a memória, suas funções sócio-políticas e o seu papel nacional. Ademais, quais são as possibilidades ao desenvolver-se estudos que alterem as perspectivas constituídas? De onde vem e quais são os temores de uma classe dominante ao se trabalhar com novas concepções de um imaginário e da memória nacional?

A defesa de uma sociedade de trabalhadores unificados, descartando pautas raciais (e outras como gênero, sexualidade etc.), professada pelo grupo trotskista estadunidense, ignora – ou exclui – a compreensão de que a sociedade capitalista como tal foi construída enquanto estrutura racista, ao ter as suas raízes na escravidão. Silvio Almeida, ao falar sobre consciência de classe e raça, considera que:

Não existe “consciência de classe” sem consciência do problema racial. Historicamente, o racismo foi e ainda é um fator de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes. Nos momentos de crise, em que há aumento do desemprego e rebaixamento dos salários, o racismo desempenha um papel diversionista bastante importante, pois os trabalhadores atingidos pelo desemprego irão direcionar sua fúria contra as minorias raciais e sexuais, que serão responsabilizadas pela decadência econômica por aceitarem receber salários mais baixos, quando não pela “degradação moral” a que muitos identificarão como motivo da crise (Silvio, 2019, p. 146-147).

Desta forma, o racismo é, nas sociedades colonizadas e subalternas, um fator estruturante, parte das instituições na totalidade, pois a própria sociedade reflete o racismo construído na estrutura econômica, com raízes profundas que não desaparecem somente com um ideal de unificação. Os parâmetros neoliberais atuam de forma diferente para os negros e para os brancos, tendo em vista que o viés da meritocracia atinge mais fortemente alguém com a cor da pele compreendida e aceita pela sociedade como inferior. O neoliberal, na esfera político-social, tem como função manter a estrutura racista desenvolvendo um modelo no qual a ascensão pessoal depende unicamente do indivíduo e da sua capacidade e empenho no trabalho, formalizando a ideia de que sua condição socioeconômica é exclusivamente sua responsabilidade. Isso, numa sociedade forjada pela escravidão, define os respectivos lugares de cada sujeito. Silvio Almeida, sobre a renovação do capitalismo e a função e existência do racismo nas sociedades, aponta: “para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia” (Almeida, 2019, p. 143-144).

Compreendendo que a construção do racismo no imaginário social se dá através da ideologia (Almeida, 2019), o *The 1619 Project* tem em seus objetivos, assim como a *Critical Race Theory* (CRT), o desenvolvimento de uma nova perspectiva que altere a memória coletiva nacional e introduza, nesse território, a imagem de uma nação também

desenvolvida por pessoas pretas. Não se limitando a isso, busca questionar as normas vigentes, trazendo para a superfície as problemáticas institucionais e racistas que perpetuam o pensamento dominante:

Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos (Almeida, 2019, p. 53).

O racismo, supostamente não mais visível cotidianamente (isto será contraposto mais a frente com os casos de George Floyd, Frank Tyson e Sonya Massey), não seria mais um importante divisor; no caso trotskista e de Asad Haider, não é tão relevante quanto a classe social e deveria ser desconsiderado em função de algo mais importante, a luta de classes. Richard Delgado e Jean Stefancic, sobre a ideia de classe *versus* raça no livro “Critical Race Theory” (2001), afirmaram:

Muitos leitores modernos acreditam que o racismo está em declínio ou que a classe hoje é mais importante do que a raça. E é verdade que linchamentos e outras expressões chocantes de racismo são menos frequentes do que no passado. [...] Ainda assim, por todos os indicadores sociais, o racismo continua a arruinar as vidas de pessoas de cor (Delgado; Stefancic, p. 9, tradução própria).¹⁹

Por outro lado, em uma perspectiva neoliberal da extrema-direita estadunidense, não há nem classe, nem raça.²⁰ Há indivíduos, que dispõem de um amplo sistema de benefícios, dependendo unicamente da vontade e mérito de cada um para ascender socioeconomicamente. Se pessoas pretas não estão em posição de poder como pessoas brancas, é porque não se esforçaram suficientemente. Se o maior número de encarcerados e de pobres se configura por sujeitos de pele escura, é porque se colocaram ali.

¹⁹ [No original] Many modern-day readers believe that racism is declining or that class today is more important than race. And it is certainly true that lynching and other shocking expressions of racism are less frequent than in the past. [...] Still, by every social indicator, racism continues to blight the lives of people of color (Delgado, Stefancic, 2001, p. 9).

²⁰ Nesse sentido, temos alguns exemplos. É possível citar o Ben Shapiro: <https://www.grandforksherald.com/opinion/columns/ben-shapiro-the-movement-against-critical-race-theory-is-deeply-necessary> e movimentos como *All Lives Matter*, que será discutido mais a frente, e *Colorblindness*. Políticos como Donald Trump também corroboram com o discurso do *Self-Made Man* meritocrático, Ronald Reagan já construía este ideal desde os anos 80.

Sobre a memória herdada de Michael Pollak, Vieira (2015) realiza um apontamento importante para a compreensão dos atuais acontecimentos estadunidenses em relação à *The 1619 Project* e às disputas por memória: “Como bem pontua Pollak, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis” (Vieira, 2015, p. 7). Esta perspectiva entra em contato com a noção trazida por Silvio Almeida (2019) e Cida Bento (2022), na qual o nascimento da modernidade e da cultura renascentista, ao lado do desenvolvimento comercial burguês, trouxeram a produção de um ideário de indivíduo, o homem universal. A branquitude se construiu através do processo de colonização que a definiu como o universal, o correto, uma identidade única e absoluta. Todos aqueles que estavam fora desta identidade comum eram entendidos como impróprios e outros: estes sim dispõem de raça, de cor, são os diferentes do modelo estabelecido. Mencionando W. E. B. Du Bois e os seus estudos sobre a branquitude, Bento reafirma o privilégio dos brancos da classe trabalhadora: “À medida que a Europa foi se expandindo pelo mundo e os europeus foram acessando e se apropriando dos recursos materiais e simbólicos dos ‘outros’, a narrativa da branquitude foi sendo construída” (Bento, 2022, p. 28).

A posição social estabelecida pela branquitude é a de um ser universal. A métrica é o branco, e a construção de nações como a estadunidense e a brasileira²¹, dentre diversas outras, é pautada em uma régua que estabelece o homem branco como o correto – sendo homem não somente pelo conceito de homem universal, mas mediante uma perspectiva que engloba questões de gênero. A identidade nacional, a memória e tudo aquilo em que ambas as sociedades mencionadas construíram, então, são através do ideário do homem universal e da branquitude. A pessoa preta, por sua vez, não faz parte desse ideário, desta identidade entendida e aceita como a correta. James Baldwin, em carta para o seu sobrinho, explicita esta diferença de identidades e a violência simbólica imposta desde o nascimento às pessoas negras. A imposição da mediocridade como destino revela um projeto de desumanização estrutural, no qual a negação de valor serve à manutenção da ordem racial vigente:

²¹ Mesmo que com todas as diferenças entre os contextos históricos, há semelhanças quando pensamos na questão racial, já que o processo de escravização de pessoas negras trazidas do outro lado do Atlântico foi fundamental para a formação das duas nações.

Você nasceu onde nasceu e se defrontou com o futuro com que se defrontou porque era negro e por *nenhum* outro motivo. Esperava-se que os limites da sua ambição fossem assim, fixados para sempre. Você nasceu numa sociedade que traduzia com clareza brutal, e no maior número de formas possível, que você era um ser humano sem valor. Não se esperava que aspirasse à perfeição: esperava-se que fizesse as pazes com a mediocridade (Baldwin, 1967, p. 24, grifo do autor).

A identidade do homem branco e da branquitude existe e segue sendo defendida, enquanto o movimento de pessoas negras segue sendo criticado em prol de uma universalidade dos trabalhadores. A esquerda radical aqui apresentada defende que, para a unificação dos trabalhadores, estes grupos (não somente pessoas pretas, como já afirmado anteriormente) se subjuguem, postulando suas demandas como inferiores.

Voltando ao *The 1619 Project*, ao ser acusada de estar desenvolvendo um projeto ideológico, Nikole Hannah-Jones respondeu, em entrevista fornecida à *Quatro cinco um* (SP, 2017- atual), em 2020:

Claro que é um projeto ideológico. Fomos muito explícitos ao declarar que queremos reformular o modo como os norte-americanos veem o seu país e o papel da escravidão e da população negra na criação da nação. A diferença entre mim e esses historiadores é que eu deixo claro o meu objetivo, enquanto que eles não admitem que produzem a sua própria história ideológica, baseada na crença do excepcionalismo norte-americano e de que o progresso é sempre linear (Hannah-Jones, 2020).

Diferentemente do *The 1776 Report* (2021) e “A racist falsification of American and world History” (2019), Hannah-Jones afirma veementemente que o projeto é ideológico. Enquanto os opositores colocam-se como definidores da verdade, partindo de uma branquitude universal e verdadeira, o *The 1619 Project* declara a sua ideologia. Retornando à Silvio Almeida (2019), todos estão permeados pela ideologia, inevitavelmente. Basta saber qual está presente no discurso.

Desta forma, a defesa por uma verdade histórica universal a respeito da construção da nação estadunidense, além de uma defesa da memória herdada, enquadrada e estruturada ao longo de séculos, sendo reformulada ou corrigida apenas quando demandas surgiram, é também pautada em um racismo que é base estrutural da sociedade, ao lado de uma branquitude universal. Por mais diversos que possam ser os ideários ou as perspectivas sócio-políticas, ao defender a união de todas as raças, excluindo e/ou ignorando todos os

aspectos e singularidades norteadoras da vida de pessoas negras, necessariamente, se está recusando a existência do racismo na sociedade atual.

A remoção das estátuas dos Confederados,²² outra polêmica no território, demonstra a disputa pela memória nacional estadunidense e a força com que a justiça racial tem avançado. Sobre o assunto, a historiadora Karen L. Cox (2021) versa sobre o simbolismo dos protestos e das retiradas das esculturas:

Remover um monumento não remove o racismo sistêmico ao qual ele tem sido associado há muito tempo. É apenas um ato simbólico, embora também possa servir como um primeiro passo importante. O trabalho duro de dismantlar o racismo e confrontar a desigualdade racial dentro dessa comunidade de forma honesta deve vir em seguida. [...] Os protestos de hoje contra os monumentos confederados, portanto, são apenas uma etapa em uma luta muito mais longa por justiça racial (Cox, p. 4, tradução própria).²³

A retirada das estátuas é simbólica. Esse ato indica o avanço da justiça racial, uma luta contra o racismo estrutural e institucional. Mais do que isso, assim como o *The 1619 Project*, é uma tentativa de se pensar na história estadunidense de outra forma e, indo contra as verdades históricas defendidas, é pensar os Estados Unidos sobre outra ótica. É retirar o papel de protagonista herói do homem branco universal, levando a lente para outro lado.

Nas primeiras páginas do livro “Raça, nação e classe: as identidades ambíguas” (2021), Silvio Almeida fala sobre o que é a nacionalidade: “A nacionalidade é constituída pela fixação no imaginário social e pela reiteração de práticas sociais que enfatizam a especificidade da língua, da cultura e de certas características físicas de um povo, nas condições de universalidade da forma mercantil” (Almeida, 2021, p. 3). Assim, além da

²² As remoções e renomeações das estátuas acontecem em um contexto de debate nos Estados Unidos sobre a legitimidade da presença de monumentos confederados, uma vez que essas estátuas são reconhecidas por grupos ativistas (como dos direitos civis, por exemplo) como símbolos do racismo no país. Nesse sentido, somente em 2021, 73 estátuas foram retiradas. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-73-monumentos-confederados-foram-removidos-ou-renomeados-em-2021/#:~:text=A%20luta%20para%20remover%20os,a%20escraviza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20negros%20a%20americanos>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

²³ [No original] Removing a monument does not remove the systemic racism with which it has long been associated. It is a symbolic act only, although it may also serve as an important first step. The hard work of dismantling racism and honestly confronting racial inequality within that community must come next. [...] Today's protests against Confederate monuments, therefore, are but one stage in a much longer fight for racial justice (Cox, 2021, p. 4).

nacionalidade ter ligação direta com o imaginário e a memória social, ela depende de uma série de condutas que correspondem a esse ideário nacional.

Quando se trata de países colonizadores e colonizados, com a escravidão africana como parte crucial da sua história, essa nacionalidade e memória têm como base o racismo, que, segundo o autor, nasce socioeconômico e se torna institucional (Almeida, 2019). O racismo está nas raízes da sociedade estadunidense e em sua formação como nação: “[...] a destruição do complexo racista supõe não só a revolta de suas vítimas, mas também a transformação dos próprios racistas e, conseqüentemente, *a decomposição interna da comunidade instituída pelo racismo*” (Balibar; Wallerstein, 2021. p. 62-63, grifo do autor). A ruptura proposta para a construção de uma sociedade antirracista vai muito além das relações de raça, pois atinge o cerne social, a estrutura como um todo.

O neoliberalismo, nesse sentido, tem papel fundamental. Ao transferir a responsabilidade exclusivamente para o indivíduo, faz com que o racismo esteja implícito, ou que ações racistas não sejam entendidas como racistas, mas sim como autoria do sujeito: se a maior parte dos entregadores de aplicativo são negros, a culpa é deles por não se esforçarem mais e ascenderem (afinal, “não tem pobreza que resista a 14 horas de trabalho”),²⁴ se a maioria das pessoas nos presídios são pretas, elas se colocaram nesse local.

O individualismo estadunidense, advindo de uma base *laissez faire*, encara a meritocracia e o consumo como métodos para se alcançar novos patamares, como, por exemplo, o famoso *American Way of Life*. O indivíduo é único, à parte de uma sociedade, de um grupo. É sua tarefa sair da sua situação, caso tenha de fato interesse.

O mais importante é o lugar fundamental que o individualismo e o mito da meritocracia ocupam na versão de ideologia liberal própria dos Estados Unidos. Isso contrasta com as democracias liberais de outros lugares que aceitam os direitos de grupos como um componente necessário da igualdade (French, 2021, p. 4, tradução própria).²⁵

²⁴ Esta frase foi redigida por um influenciador na rede social *Twitter*. O influencer e coach Primo Rico (Thiago Nigro), é conhecido por seus cursos de investimentos, além de diversas frases e posicionamentos polêmicos. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/opiniao/luca-andrade/nao-tem-pobreza-que-resista-a-14-horas-de-trabalho-primo,fe7526d12118c573aeade0b3d3713465p6f61hig.html>. Acesso em: 08 de ago. de 2024.

²⁵ [No original] Most important is the fundamental place that individualism and the myth of meritocracy holds in the particular version of liberal ideology of the United States. This stands in contrast to liberal democracies elsewhere that accept group rights as a necessary component of equality (French, 2021, p. 4).

O racismo, deste modo, continua vivo, firme e forte. Segue sendo a base social e nacional. Mas o racismo não se baseia apenas em uma instituição que subjuga e exclui, mas se constitui como estrutura que mata direta ou indiretamente pessoas pretas todos os dias. Vale aqui falar sobre três casos: o assassinato de George Floyd, que gerou intensas manifestações sob a bandeira *Black Lives Matter* em todo o território estadunidense em 2020, e os mais recentes assassinatos de Sonya Massey, dentro da sua própria casa, e de Frank Tyson, que, assim como Floyd, foi imobilizado pelo pescoço por um policial.

Black Lives Matter e All Lives Matter: uma disputa de narrativas

Após a morte de George Floyd, protestos tomaram as ruas dos Estados Unidos. O racismo institucional e totalmente violento da polícia estadunidense contra pessoas negras repercutiu ao redor do mundo, cuja estrutura racista foi explicitada por meio da morte de mais uma pessoa negra:

O policial manteve seu joelho sobre o pescoço de Floyd por 9 minutos e 30 segundos, ainda que Floyd já jazesse inconsciente há algum tempo sob o peso de Chauvin. No horário de 21:25, George Floyd foi declarado morto na sala de emergência do Centro Médico Hennepin County (Almeida, 2021, p. 3).

A morte de Floyd evocou diretamente a morte de Eric Garner. Ambos foram assassinados, clamando que conseguiam respirar. Outros assassinatos de afro-americanos também causaram comoção nacional, como os casos de Trayvon Martin e Breonna Taylor. Além desses exemplos, foram marcantes também os assassinatos de Frank Tyson, em 18 de abril de 2024, que assim como George Floyd e Eric Garner, foi morto em uma abordagem policial: “*I can't breathe*”, ele repetiu ao menos oito vezes no período em que estava sendo imobilizado pelo policial; e de Sonya Massey, de 36 anos, no dia 6 de julho de 2024, em Illinois, morta a tiros dentro da própria casa, após uma ligação feita pela própria ao 911, com uma suspeita de invasão em sua residência. É de suma importância a ênfase em “assassinato” neste contexto, repetição que suscita o peso necessário para a questão, a fim de evitar a minimização dos ocorridos.

Os casos mencionados, dentre diversos outros que acontecem todos os dias e não são amplamente repercutidos, ou nem mesmo divulgados, correspondem a um retrato do racismo estadunidense. Não são casos isolados, nem mesmo condizem com uma ineficiência

ou incapacidade do sistema policial. Ao contrário, demonstram a competência que tais oficiais detêm para cumprir exatamente o que é proposto por um Estado de base racista. Não se trata, portanto, de um erro policial, mas sim do esperado.

É nesse cenário que, desde 2012, após a morte de Trayvon Martin, um jovem de 17 anos, o movimento *Black Lives Matter* (BLM) surgiu como forma de repúdio, de maneira a trazer maior repercussão e indignação para o caso. George Zimmerman, quem assassinou o rapaz, havia sido absolvido:

O movimento BLM começou em 2012, quando George Zimmerman foi absolvido após atirar e matar Trayvon Martin, de 17 anos, na Flórida. Três ativistas negras, Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, iniciaram o movimento que posteriormente engajou muitos outros, incluindo muitos jovens de cor, no ativismo pela justiça social em todo o país (Carney, 2016, p. 2, tradução própria).²⁶

O BLM se tornou um símbolo de resistência negra não apenas nos Estados Unidos, como também se difundiu pelo mundo, principalmente após a repercussão do caso George Floyd e a força das mídias digitais, tornando-se uma ação internacional. O movimento apresentou as contradições das políticas estadunidenses, revelando o racismo estruturante presente na sociedade.

O BLM expôs a inconsistência norte-americana de superação das questões raciais no pós-movimentos de 1950-1970, evidenciando padrões profundos e persistentes de racismo nos Estados Unidos. Assim, o Black Lives Matter atribui a culpa ao Estado por perpetuar violência contra a comunidade negra implementando leis e estruturas que sistematicamente controlam e destroem a comunidade negra (Mesquita, 2022, p. 66).

Em contrapartida, de forma a desacreditizar e a desarticular o movimento, surge o *All Lives Matter* (ALM), em 2013, na rede social *Twitter*: “[...], entre 2013 e 2020, foram publicados 3.001.012 *tweets* com a palavra-chave AllLivesMatter. [...] O ALM surgiu como uma resposta direta ao #BlackLivesMatter” (Silveira, 2021, p. 21), como retrato do homem universal. Em sua tentativa de preservar a universalidade da branquitude, o movimento ALM tem como propósito confrontar o BLM, reduzindo a sua amplitude mundial e produzindo um

²⁶ [No original] The BLM movement began in 2012 when George Zimmerman was acquitted after shooting and killing 17-year-old Trayvon Martin in Florida. Three Black women activists, Alicia Garza, Patrisse Cullors, and Opal Tometi, started the movement that subsequently engaged many, including many youth of color, in social justice activism across the country (Carney, 2016, p. 2).

discurso para persuadir a população internacional. Sob a perspectiva de que “todas as vidas importam”, como se essa concepção não fosse por si só parte da legislação estadunidense, os defensores do *All Lives Matter* partem do princípio que não deveria existir um movimento do qual a base é justamente a defesa das vidas de pessoas pretas. Todavia, diferentemente do que é difundido por este movimento, as vidas de pessoas negras, como foi possível analisar nos exemplos de assassinatos brutais por policiais, não são de uma igualdade de valor à vida:

A insistência de que vidas negras importam consequentemente é necessária apenas porque, diferentemente de “todas as vidas”, nesta sociedade, vidas negras são frequentemente consideradas como não importando. Vidas negras são presumidas muito prontamente nos EUA como não habitando o universal (Goldberg, 2016, tradução própria)²⁷.

Assim, enquanto o movimento *Black Lives Matter* busca evidenciar e trazer para o debate o racismo estrutural e sistêmico presente na polícia estadunidense, colocando no foco da mídia os assassinatos de pessoas pretas simples e unicamente por serem pessoas pretas, o seu antagonista, *All Lives Matter*, busca desmoralizá-lo em prol de proteger uma branquitude privilegiada, pautando-se em uma utopia de igualdade universal (Silveira, 2021).

Considerações finais

O *1619 Project* tem como papel apresentar elementos estruturantes da sociedade, da política e da economia racista estadunidense. A proposta é trazer à superfície essas problemáticas e questionar as bases nacionais, a construção da memória e a formação dos Estados Unidos. Deste modo, o projeto, tal qual a *Critical Race Theory* (CRT) ou o movimento *Black Lives Matter*, reivindica uma memória herdada (Pollak, 1992), oculta, silenciada. Em uma sociedade neoliberal, para individualizar o sujeito e atribuir a ele todas as mazelas sofridas em cada âmbito da vida – profissional, social, econômica etc. –, inclusive o próprio racismo estrutural experienciado cotidianamente, de forma palpável ou não. Tais propostas são uma tentativa de reduzir os danos causados pela branquitude universal todos os dias. O

²⁷ [No original] “The insistence that Black lives matter accordingly is necessary only because, unlike ‘all lives’ in this society, black lives are too often taken not to matter. Black lives are presumed too readily in the U.S. not to inhabit the universal” (Goldeberg, 2016).

modo como esses projetos e movimentos são recebidos pela política e pela sociedade estadunidense apresenta-nos o temor e a tentativa de conservação nacional da memória e da construção do pensamento social. Mais do que isso, a busca pela preservação da posição de classes, raças e gêneros nessa estrutura.

Assim, *The 1619 Project*, com suas controvérsias e revoltas geradas por diferentes grupos, retrata o cenário de disputas ideológicas e de memória nacional nos Estados Unidos. O projeto é apenas um elemento dentre diversos outros presentes em um espaço que está sendo amplamente requestado, demandado. Nesse sentido, ele representa, ao lado dos seus semelhantes, mais uma busca incansável pela justiça social. Uma justiça que, possivelmente, nunca será alcançada plenamente, pois não há margem de redenção e reparação que possa ser feita para a história da população negra nas Américas, principalmente quando falamos de Brasil e Estados Unidos. A profundidade do trauma histórico vivido pela população negra, marcado por violência extrema, desamparo e negação da humanidade, ultrapassa qualquer métrica. Negar esta identidade, que está em uma busca constante por dignidade, é perpetuar essa violência. Nas palavras de Baldwin:

Esse passado, o passado do Negro, de algemas, fogo, tortura, castração, infanticídio, estupro; de morte e humilhação; de pavor incessante, alcançando até a medula dos ossos; de dúvida sobre se seria digno de viver, já que tudo à sua volta o renegava; de pesar com relação às suas mulheres, aos seus parentes, aos seus filhos, que careciam de sua proteção e que ele não tinha meios de proteger; de ressentimento e sentimento de vingança, e um ódio tão intenso pelos brancos que não raro se voltava contra ele mesmo e tornava impossível todo o amor, toda a confiança, toda a alegria — esse passado, essa luta interminável para realizar e confirmar uma identidade humana, uma autoridade [...] um povo que ignora o sofrimento jamais chegará à maturidade, nunca chegará a conhecer-se pelo que é (Baldwin, 1967, p. 104-105).

O autor denuncia a herança de dor, medo, humilhação e ódio internalizado que molda a experiência negra nos Estados Unidos, apontando que esse passado não é apenas memória, mas que está ali, presente - e segue presente até os dias de hoje. Ao afirmar que “um povo que ignora o sofrimento jamais chegará à maturidade”, Baldwin evidencia a importância de enfrentar a história, reconhecendo a dor coletiva como parte fundamental da construção de identidades e da possibilidade de transformação social. Sua voz, portanto, não é apenas evocativa, mas crítica e assertiva. Ao trazer à tona o peso da história, ele convoca à urgência do reconhecimento e da ação.

Referências

ALMEIDA, Reno Beserra. Sozinho, me ajoelho; Juntos, nos levantamos: gesto e performance em levantes. *Galáxia*, São Paulo, n. 46, 2021, p. 1-20.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ANDRADE, Luã. *Não tem pobreza que resista a 14 horas de trabalho, primo?* Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/opinioao/luan-andrade/nao-tem-pobreza-que-resista-a-14-horas-de-trabalho-primo,fe7526d12118c573aeade0b3d3713465p6f61h1g.html>. Acesso em: 8 de ago. de 2024.

ARNN, Larry P.; SWAIN, Carol; SPALDING, Matthew. *The 1776 Report*. [s.l.: s.n.], 2021.

ÁVILA, Arthur Lima de. *Guerras de história nos Estados Unidos da Era Trump*. Café História, 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/guerras-de-historia-nos-eua-da-era-trump/>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

ÁVILA, Arthur Lima de. *O 1619 Project: um passado prático para os Estados Unidos contemporâneos*. História da Ditadura, 2022. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/o1619projectumpassadopratycoparaosestadosunidoscontemporaneos>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raça, nação e classe: as identidades ambíguas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BALDWIN, James. Da próxima vez, o fogo: Racismo nos EUA. vol. 71. Rio de Janeiro: Polêmica, 1967.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEY, Nikita. All Lives Matter, but so Does Race: Black Lives Matter and the Evolving Role of Social Media. *Humanity & Society*, 2016.

CARVALHO, Paula. *A jornalista que reescreve a história*. Quatro Cinco Um, 2020. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/noticias/historia/a-jornalista-que-reescreve-a-historia/>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

COX, Karen L. Black Protesters Have Been Rallying Against Confederate Statues for Generations. *Smithsonian Magazine*, 2021. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/black-protestors-have-been-rallying-against-confederate-statues-generations-180977484/>. Acesso em: 25 de jul. de 2024.

COX, Karen L. Introduction. In: COX, Karen L. (org.). *NO COMMON GROUND: Confederate Monuments and the Ongoing Fight for Racial Justice*. USA: The University of North Carolina Press, 2021, p. 1–11.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. Introduction. In: DELGADO Richard; STEFANCIC, Jean (org). *Critical Race Theory*. New York University: New York University Press, 2001, p. 1–14.

DIAZ, Johnny; ORTIZ, Aimee. George Floyd Protests Reignite Debate Over Confederate Statues. *The New York Times*, 2024. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/03/us/confederate-statues-george-floyd.html>. Acesso em: 25 de jul. de 2024.

FRENCH, Jan Hoffman. Race, Racism, and Affirmative Action in Brazil and the United States. *Latin American Research Review*, v. 4, n. 56, 2021.

GOLDBERG, David Theo. Why “Black Lives Matter” Because All Lives Don’t Matter in America. HUFFPOST, 2016. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/why-black-lives-matter_b_8191424. Acesso em: 8 de ago. de 2024.

GYARKYE, Lovia. How the 1619 Project Came Together. *The New York Times*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/18/reader-center/1619-project-slavery-jamestown.html>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

HAIDER, Asad. *Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

JONES, Nikole Hannah. Our democracy’s founding ideals were false when they were written. Black Americans have fought to make them true. *The New York Times Magazine*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/black-history-american-democracy.html>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

JONES, Nikole Hannah. Preface. In: JONES, Nikole Hannah (org). *The 1619 Project*. New York: Random House, 2021, p. 19 - 49.

MESQUITA, Camilla. O MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER: INFLUÊNCIA NA POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS E SUA INTERNACIONALIZAÇÃO. *Conexões Internacionais*, v. 3, n. 1, p. 65–85, 2022.

NIEMUTH, Niles; MACKAMAN, Tom; NORTH, David. *A racist falsification of American and world history: A WORLD SOCIALIST WEB SITE PAMPHLET*, 2019. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2019/09/06/1619-s06.html>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHUESSLER, Jennifer; CROWLEY, Michael. Trump’s 1776 Commission Critiques Liberalism in Report Derided by Historians. *The New York Times*, 2021. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2021/01/18/us/politics/trump-1776-commission-report.html>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

SILVEIRA, Bruna. All Lives Matter? Como a negação do problema racial contribui para a corrosão das democracias. *Temática*, v. XVII, n. 9, p. 15-29, 2021.

SILVERSTEIN, Jake. Why We Published The 1619 Project. *The New York Times Magazine*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/12/20/magazine/1619-intro.html>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

The 1619 Project. *The New York Times Magazine*, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/1619-america-slavery.html?searchResultPosition=9>. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

VIEIRA, Itala Maduell. A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak. *XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTA DE HISTÓRIA ORAL*, 2015, Niterói, Anais. Niterói: UFF, 2015. p. 1-10.

Sites

About the World Socialist Web Site. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/special/pages/icfi/wsws.html>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

Antes de morrer, homem negro disse 8 vezes a policiais que não conseguia respirar; VÍDEO. G1, Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/27/antes-de-morrer-homem-negro-disse-a-policiais-que-nao-conseguia-respirar-video.ghml>. Acesso em: 8 de ago. de 2024.

Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joeijos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghml>. Acesso em: 8 de ago. de 2024.

Mulher negra é morta a tiros em casa após chamar a polícia nos EUA. Poder 360, 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/mulher-negra-e-morta-a-tiros-em-casa-apos-chamar-a-policia-nos-eua/>. Acesso em: 8 de ago. de 2024.